

PREF. M. CD - TO
PROC. n°
FLS n° 03 68



**CURSO CONTROLE INTERNO E A
REGULAMENTAÇÃO, IMPLANTAÇÃO DOS
PROCEDIMENTOS DE COMPRAS, LICITAÇÕES E
CONTRATOS PARA MUNICÍPIOS, E FORMAÇÃO DE
PEGOEIROS, CONFORME A LEI Nº 14.133/21 E
DECRETO 10.024/2019 ACESSO PRÁTICO AO
SISTEMA COMPRAS.GOV.BR**

Palmas - TO



**27 à 30 de Junho de 2022
08 as 12 e das 13:30 as 17:30 hs**



63 99283-8298



icogesp@icogesp.com.br



icogesp.to



facebook.com/icogesp/



www.icogesp.com.br

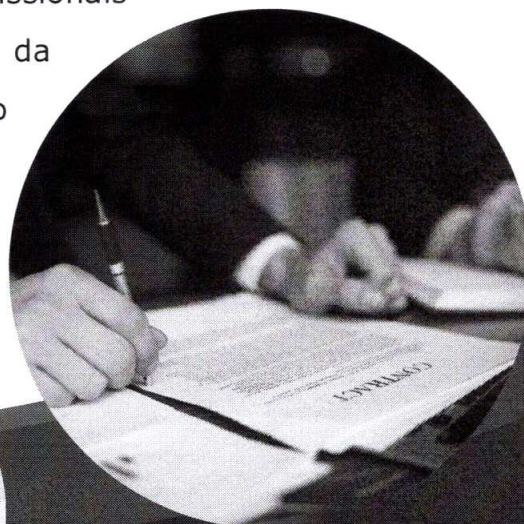
Objetivos do Curso

Capacitar os Servidores Públicos Municipais para utilizar técnicas e procedimentos apropriados para a realização dos certames licitatórios, com o intuito de suprir a administração pública com produtos e serviços de qualidade e eficiência. Bem como apresentar as normas e regras trazidas para os agentes públicos que atuam em compras e licitações e no controle interno, conforme a nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14.133/2021).

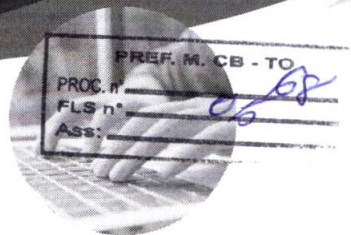
Desmistificar os novos conceitos e princípios que passam a reger as compras, licitações e os contratos administrativos e subsidiar a implantação, a estruturação, a coordenação e o funcionamento do Sistema de Controle Interno nas ações de fiscalização dos processos administrativos de compras e licitações. Apresentar modelo prático e atualizado para utilização dos Municípios para iniciar o processo de implantação das regras definidas pela nova lei de licitações.

Público – Alvo

Agentes públicos (agentes de contratação, pregoeiros, membros de equipe de apoio) que atuam diretamente e indiretamente em compras, licitações e Controle Interno, Prefeitos, Secretários Municipais, Profissionais da Contabilidade, Consultores e Servidores da Administração Pública com acesso prático ao sistema **COMPRAS.GOV**



29 E 30 DE JUNHO



Conteúdo Programático

Módulo I - Prof. Milton Mendes Botelho

CONTROLE INTERNO E A REGULAMENTAÇÃO, IMPLANTAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS PARA MUNICÍPIOS

1 - "NORMAS DAS NORMAS" que regulamenta a Lei nº 14.133/2021

- Objetivo e Abrangência da Norma
- Atuação dos Membros do Controle Interno
- Atuação do Órgão de Assessoramento Jurídico
- Procedimentos de Controle em Compras e Licitações
- Controle do Rito Processual
- Agentes Públicos Atuam no Processo de Contratação
- Plano de Contratações Anual (PCA)
- Estudo Técnico Preliminar
- Catálogo Eletrônico de Padronização de Compras
- Pesquisa de Preços
- Programa de Integridade
- Políticas Públicas Aplicadas ao Processo de Contratação
- Leilão
- Ciclo de Vida do Objeto Licitado
- Julgamento por Técnica e Preço
- Contratação de Software de Uso Disseminado
- Critérios de Desempate
- Negociação de Preços Mais Vantajosos
- Habilitação
- Participação de Empresas Estrangeiras
- Sistema de Registro de Preços
- Credenciamento
- Procedimento de Manifestação de Interesse
- Contrato na Forma Eletrônica
- Subcontratação
- Recebimento Provisório e Definitivo
- Responsabilização dos Agentes Públicos
- Sanções
- Controle das Contratações
- Padronização do Editais e Contratos

2 - Regulamentação da Atuação dos Agentes de Contratação, da Equipe de Apoio, da Comissão de Contratação e dos Pregoeiros.

- Atos Iniciais e Planejamento das Contratações
- Autuação do Processo Administrativo
- Conceitos
- Controle e Gerenciamento dos Processos Administrativos
- Centralização das Compras e Contratos
- Atuação no Processo de Contratação
- Agentes de Contratação
- Equipe de Apoio
- Comissão de Contratação ou de Licitação
- Requisitos para a Designação
- Vedações
- Prazos
- Dever de Prestar Informações
- Atuação e do Funcionamento
- Pregoeiro

3 - Regulamentação da Contratação Direta

- Procedimento
- Definições e Conceitos
- Pesquisa de Preços

PREF. M. CB - TO
PROC. n° 68
FLS n° 06
Ass. _____

27 E 28 DE JUNHO

Conteúdo Programático

Módulo II - Prof. Saulo David

DA NOVA LEI DE LICITAÇÃO, LEI 14.133/2021

A fase interna da licitação: Quem está vinculado à nova Lei e quando ela entra vigor? Quais leis foram/serão alteradas e revogadas? Aplicação concomitante do regime da Lei nº 8.666/1993 ou da nova Lei – Como proceder e escolher?

Das Modalidades de Licitação: Pregão, Concorrência, Concurso; Leilão, Diálogo competitivo-novidade, o rito procedimental do pregão e da concorrência, A novidade da inversão das fases, Modos de Disputa aberto, fechado, aberto e fechado. Orçamento Estimado e Sigiloso.

A nova figura do agente de contratação: O agente de contratação e equipe de contratação (Quem é e o que faz), a gestão por competência (Definição do servidor para atuar nas diferentes etapas do ciclo de Contratação, O Plano de Capacitação dos Agentes de Contratação), Responsabilidades dos agentes de contratação, Os agentes públicos e os requisitos, Observância da segregação de funções.

O novo pregoeiro: Etapas e a figura do Pregoeiro hoje, E a Nova Lei de Licitações como fica? O pregão na Nova Lei de Licitações, Quem será o agente de contratação da Nova Lei de Licitações, Quais os prazos de publicidades do pregão da Nova Lei de Licitações, Possibilidade ou não da exigência de garantia de proposta/participação no pregão da Nova Lei de Licitação, Habilitação da Nova Lei de Licitação, avanços ou retrocessos? Como fica o juízo de admissibilidade na etapa do recurso da Nova Lei de Licitação? Adjudicação e Homologação

O Edital de Licitação: Prazos de publicidades, meios de publicidades como Portal nacional de contratações públicas (PNCP), e Sítios eletrônicos e outros meios.

DO PREGÃO

Conteúdos e Características do pregão: Bens e serviços comuns, Padronização, Súmula 257 do TCU, serviços comuns de engenharia, características do pregão, inversão das fases, negociação, renovação da proposta, concentração de atos únicos na sessão, unirecorribilidade, formas de operacionalização.

Responsáveis pela condução do certame: Pregoeiro, características e exigências, responsabilidade, atribuições, é dever do pregoeiro elaborar e assinar o edital? Princípio da segregação de funções, período de investidura, boas práticas na condução do certame presencial e eletrônico. Equipe de apoio e sua designação, atribuições, eventuais hipóteses de responsabilidade da equipe de apoio.

A fase interna do pregão: Artigo 14º do decreto 10.024/2019 Elaboração do estudo técnico preliminar e do termo de referência e aprovação pela autoridade competente, Elaboração do edital contendo as seguintes informações: Critérios de julgamento e a aceitação das propostas, Modo de disputa e, quando necessário, o intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances; Definição das exigências de habilitação; Sanções aplicáveis.



Conteúdo Programático

Módulo II - Prof. Saulo David

27 E 28 DE JUNHO

O Edital e questões específicas: O que é um edital de licitação, funções desempenhadas pelo edital, valor máximo e valor referencial no edital, obrigatoriedade ou não da publicação do valor no edital, principais posicionamentos jurisprudenciais sobre o tema, Artigo 15º do decreto 10.024/2019, análise jurídica no edital

A fase externa do pregão: Ordem de acontecimentos da sessão, da publicidade do edital, regras para a publicação do edital de acordo com o decreto 10.024/2019, Impugnação ao edital, competência para julgar a impugnação, boas práticas nas questões de impugnação ao edital, prazo para impugnações e respostas às impugnações, efeitos da impugnação, pedidos de esclarecimentos, prazos de pedidos e respostas aos esclarecimentos, efeitos vinculantes aos pedidos, manifestação do TCU sobre os pedidos de esclarecimentos. Regras de preferência e tratamento diferenciado insculpidos na LC 123/2006, Lc 147/2014, Lc 155/2016 e decreto 8.538/2015, repercussão na fase de julgamento das propostas "empate ficto", repercussão na fase de habilitação, outros benefícios previstos, manifestação do TCU sobre diligências para a comprovação dos benefícios. Habilitação na licitação, habilitação Jurídica, habilitação técnica, habilitação econômico-financeira.

Recurso administrativo: Prazo para a manifestação da intenção do recurso, prazo para a apresentação das razões recursais, prazo para a apresentação da contra razão, da classificação final do recurso, efeitos do recurso, requisitos de admissibilidade, principais manifestações do TCU sobre os requisitos de admissibilidade, boas práticas na condução do recurso administrativo, decadência do direito recursal, decisão do recurso.

As demais alterações trazidas pelo decreto 10.024/2019: Transferências voluntárias da União, Adoção do SicaF em sede de transferências voluntárias, envio da habilitação concomitante com a proposta, Prazo para envio de proposta e documentos complementares, Modos de disputa, aberto, aberto e fechado, intervalo mínimo de lances monetário ou percentual e etc.

DO SISTEMA COMPRASGOVERNAMENTAIS/COMPRASNET

Acesso ao sistema=> Credenciamento ao sistema=> área de trabalho=> Inclusão e Consulta a Intenção de Registro de Preço-IRP=> catmat e catser =>Inclusão do aviso de licitação e agendamento do pregão eletrônico=> Transferência do edital=> Cadastrar equipe de apoio=>Alterar membros da equipe de apoio=>Vincular equipe do pregão=> Incluir impugnações/Esclarecimentos e Avisos=>Sessão Pública do pregão eletrônico: Análise de proposta/Fases de Lances/Visualizando propostas/Declarações/Consultar Declaração ME/EPP/Cooperativa por pregão/Suspensão do pregão/Reabrir pregão/Aceitar propostas/Chat/ Habilitar fornecedor/Juízo de admissibilidade/Encerramento da sessão pública=> Adjudicação=> Homologação=> Cadastro Reserva.

SICAF 100% Digital (Visão Fornecedor e Visão Governo atualizado pela IN 03/2018)

Módulos: I- Credenciamento, II- Habilitação Jurídica, III- Regularidade Fiscal Federal, IV- Regularidade: Fiscal Estadual/Municipal, V- Qualificação Técnica, VI- Qualificação Econômica Financeira, Consulta parametrizada e Registro de penalidades.

Embasamento Legal:

- Lei nº 8.666/93;
- Lei nº 14.133/21;
- Decreto Federal nº 10.024/19;

- Instrução Normativa nº 40/20;
- Instrução Normativa nº 65/21;
- Instrução Normativa nº 67/21;



Metodologia

A metodologia adotada é alicerçada na aprendizagem colaborativa que utiliza ferramentas educacionais e recursos tecnológicos diversificados, possibilitando ao aluno vivenciar experiência e práticas profissionais cotidianas.

As aulas dinâmicas, com estudos de casos, compartilhamento de experiência e a realização de atividades práticas, são estratégias utilizadas para garantir o alcance de melhores resultados de aprendizagem.

Serão aulas expositivas e dialogadas, com a integração prática no sistema **COMPRAS.GOV.BR**.

Investimento

O valor individual da inscrição é R\$ 1800,00 (um mil e oitocentos). E na inscrição de 3 ou mais participantes é concedido o desconto de 15%, passando o valor para R\$ 1.530,00 (um mil quinhentos e trinta reais). Na inscrição de 5 participantes paga-se 4. Os dados para pagamento são: Agência nº. 3664-1, Conta Corrente nº. 0019850-1, Via 01, Banco Bradesco, em nome da empresa L.P.B. COVALO-ME.

Instrutores / Professores



Prof. Milton Mendes Botelho - Contador (CRCMG 47.198), Auditor, Palestrante, Professor de Capacitação, Coordenador de Cursos; Especialista em Administração Pública Municipal (Faculdade de Ciências Humanas de Pedro Leopoldo – MG); Especialista em Direito Público (Faculdade de Direito do Vale do Rio Doce – FADIVALE – Governador Valadares – MG); Autor de livros e vários trabalhos publicados sobre Controle Interno, Licitações Públicas, Gestão Administrativa, Contábil e Financeira dos Órgãos Públicos Municipais; Foi Controlador Geral do Município de Ibatiba – ES (2009-2011) Galileia – MG (2017/2018), Foi Auditor Chefe do

Município de Itabirinha, Jampruca, Itambacuri, São Félix de Minas e consultor de diversos órgãos públicos Municipais. Foi Delegado do CRCMG, Atual Conselheiro do Conselho Regional de Contabilidade de Minas Gerais (2010 – 2015 – 2018/2021). Foi Coordenador do Grupo de Trabalho da Área Pública (CRCMG – Belo Horizonte – MG – 2010 – 2013). Membro Orador da Academia Mineira de Ciências Contábeis.

Saulo David - Agente Público Federal, Gestor Público, pós graduado em Licitações e Contratos, Pós graduado em Gestão Pública, Trabalha com Licitações há 15 anos, atuando como Membro de Comissão Permanente de Licitações, Presidente de Comissão Permanente de Licitações, Pregoeiro Oficial, Membro de Comissão Especial de Licitação, Gestor de Contratos e Fiscal de contratos, consultor empresarial na seara de contratações públicas e instrutor em diversos cursos de licitações e contratos administrativos, desenvolvendo as seguintes atividades como Agente Público: Elaboração de pesquisa de preço, Elaboração dos editais, Termo de Referência, condutor de grandes certames, atuando ainda na formalização e renovação de contratos administrativos, revisão, reajuste e repactuação de preço em contratos administrativos, formalização e gestão em atas de registros de preços, processos de aplicação de penalidades, atuando ainda nas funções de chefe da sessão/unidade de contratos do hospital Federal da Universidade Federal do Vale do São Francisco, como presidente do comitê regimental de contratos.





ICOGESP

Instituto de Consultoria e Gestão Pública

PREF. M. CB - TO
PROC. n° _____
FLS. n° _____
Ass: _____

O **ICOGESP** – Instituto de Consultoria e Gestão Pública, no mercado desde 2013, estamos cada dia nos transformando buscando trazer soluções aos diversos desafios enfrentados por quem atua na área pública, na administração pública. Está na nossa essência, atender bem e trazer soluções para a administração pública de todas as esferas, Federal, Estadual e Municipal. Priorizamos a qualidade do conteúdo e na ênfase prática, na oferta de soluções eficazes, representando a singularidade de cada cliente.

Proposta de Capacitação

Capacitação e Formação de Pessoas – Modo Presencial

Cursos, seminários e workshops, sob diversas temáticas com palestrantes, professores e consultores mais renomados do País.

Confira em nosso site a agenda dos nossos eventos e veja qual deles se encaixa em suas atuais necessidades e expectativas.

In Company

Capacitação sob medida!

Podendo ser presencial + EAD Tradicional + ao vivo pela internet.

Temos uma equipe especializada para atender e entender a demanda de cada cliente, elaborando conteúdos focados em casos concretos, com temas de maior interesse de cada entidade.

Diferenciais

- Material didático customizado para a realidade do cliente;
- Melhor relação custo x benefício, quanto maior o grupo de profissionais, menor será o investimento pessoa;
- Profissionalismo, pontualidade, compromisso pedagógico e corpo docente diferenciado.
- Professores/palestrantes com experiência prática nos temas abordados, trazendo para os participantes estudos de casos e soluções para os problemas enfrentados pelos agentes públicos em seu dia a dia.

Como funciona?

Escolha o tema do seu interesse!

Nós apresentaremos a melhor metodologia, conteúdo, carga horária e o palestrante mais indicado.

Preparamos o material didático e colocamos à disposição dos clientes, além do material de apoio, as apostilas e livros, serão entregues ainda a certificação, mediante o cumprimento da carga horária mínima exigida.

Dados da empresa

A empresa L.P.B.COVALO-ME, inscrita no CNPJ 17.543.642/0001-30, com sede na Quadra 106 Norte, Lote 14, Sala 106, Cep: 77.006-044, Palmas-TO

Dados Bancários para

Agência nº. 3664-1, Conta Corrente nº. 0019850-1, Via 01, Banco Bradesco
Pix CNPJ 17.543.642/0001-30

Lidiana Pereira Barros Còvalo
LIDIANA PEREIRA BARROS CÔVALO
Representante Legal



63 99283-8298



icogesp@icogesp.com.br



icogesp.to



facebook.com/icogesp/



www.icogesp.com.br



ICOGESP
Instituto de Consultoria e Gestão Pública

PREF. M. CB - TO
PROC. n°
FLS n°
Ass:

CURSOS

Conheça nossos cursos

Você está aqui: Página Principal / Cursos

/ NOVA LEI DE LICITAÇÕES: Governança, Planejamento das Contratações, Formação de Pregoeiros e Gestão e Fiscalização de Contratos

Controle interno e a regulamentação, implantação dos procedimentos de Compras, licitações e contratos para municípios e formação de pregoeiros

DATA DO CURSO: 27, 28, 29 e 30 de junho

HORÁRIO:

08h às 12h e 14h às 18h - Horário de Brasília

DURAÇÃO: 32 horas

LOCAL: Hotel 10 - Palmas/TO

APRESENTAÇÃO:

Depois de vários projetos e de décadas de tramitações, o ultimo projeto da nova Lei de Licitações (PL nº 4.253/2020) foi sancionado pelo Presidente da República. Agora já é realidade, temos um novo regime de contratações públicas substituirá a Lei nº 8.666/1993, a Lei do Pregão e vários dispositivos do RDC.

Dentre várias alterações trazidas pelo novo diploma legal, destaca-se neste treinamento a figura do agente de contratação, que de acordo com a norma, é o agente público ocupante de cargo entre servidores efetivos ou empregados públicos dos quadros da Administração Pública com atribuição de realizar as contratações públicas, é ainda objeto do presente treinamento o estudo sobre as principais atuações do pregoeiro.

Ademais, há tempos aguardado pela doutrina e profissionais que atuam no dia a dia das licitações, enfim, em 23 de setembro de 2019, foi publicado o Decreto nº. 10.024, que regulamenta o pregão eletrônico e o uso da dispensa eletrônica no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

O ponto focal deste curso, é o enfoque técnico-prático, ou seja, nada obstante os ensinamentos doutrinários essenciais para o entendimento de uma matéria de tamanha sutileza, mas a apresentação do presente treinamento tem a apresentação em linguagem simples e objetiva, o mesmo é realizado segundo metodologia que privilegia a aplicação prática para os alunos através de painéis de debates, verificação de casos práticos,

**ICOGESP**
Instituto de Consultoria e Gestão Pública

PROC. n°	11
FLS n°	68
Ass:	

O presente curso visa capacitar e atualizar os agentes públicos e demais interessados quanto às novidades vindouras, sempre ressaltando as diferenças em relação à legislação precedente, para possibilitar a aplicação da nova lei às atividades relacionadas às contratações públicas no âmbito da Administração.

PUBLICO ALVO:

Pregoeiros(as) e membros de Equipes de Apoio, Agente de Contratação, Comissão de Licitação, Agentes de Contratação, Membros da Comissão de Contratação com acesso prático ao sistema COMPRAS.GOV

PROGRAMA DO CURSO:**Módulo 1**

DISPENSAELETRÔNICA- LEI Nº 14.133/21 E IN Nº 67/21.

- ÂMBITO DE ABRANGÊNCIA DA LEI Nº 14.133/21 E IN Nº 67/21 - Abrangência aos órgãos e entidades; Exceção das Empresas Estatais; Objetos contratuais abrangidos e não abrangidos;
- PRINCÍPIOS - Legalidade; Impessoalidade; Moralidade; Publicidade; Eficiência; Interesse Público; Probidade Administrativa; Igualdade; Planejamento; Transparência; Eficácia; Segregação de Funções; Motivação; Vinculação ao Edital; Julgamento Objetivo; Segurança Jurídica; Razoabilidade; Competitividade; Proporcionalidade; Celeridade; Economicidade e Desenvolvimento Nacional Sustentável;
- PROCEDIMENTOS DA FASE PREPARATÓRIA - Instrução Processual; Documento de Oficialização da Demanda, Estudo Técnico Preliminar, Análise de Riscos; Termo de Referência, Projeto Básico ou Projeto Executivo; Estimativa da Despesa conforme IN nº 65/21; Necessidade de Parecer Jurídico e Pareceres Técnicos; Previsão orçamentária; Requisitos de Habilitação e Qualificação Técnica;
- OPERACIONALIZAÇÃO DA DISPENSA ELETRÔNICA - Cadastramento no sistema COMPRAS.GOV.BR; Prazo para abertura do Procedimento e Envio de Lances; Divulgação do Aviso de Contratação Direta no COMPRAS.GOV.BR e no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP.
- ABERTURA DO PROCEDIMENTO E DO ENVIO DE LANCES - Abertura da Dispensa Eletrônica; Data e Horário; Envio de Lances; Lances Sucessivos; hipótese de empate;
- JULGAMENTO - Hipóteses de desclassificação das propostas; Diligência para avaliação de exequibilidade; Desempate: Critérios; Preferência para MPes; Negociação com o primeiro colocado (ou com os demais licitantes).
- HABILITAÇÃO - Classificação: Jurídica; Técnica; Fiscal, Social e Trabalhista; Econômico-Financeira; Diretrizes; SICAF; Substituição e Reapresentação de Documentos: é cabível?
- PROCEDIMENTO FRACASSADO O DESERTO - Possibilidade de Republicar o Procedimento; Utilização das propostas como fonte de pesquisa de preços.



ICOGESP
Instituto de Consultoria e Gestão Pública

PROC. n°	12
FLS n°	68
Ass:	

• MODELOS DA ADVOCACIA GERAL

Módulo 2

AULAPRÁTICANO PORTALDE COMPRAS.GOV.BR

- Ambientação no Portal de COMPRAS.GOV.BR;
- Área de Trabalho;
- Divulgação de Compras (Cotação/Dispensa Eletrônica);
- Dispensa Eletrônica - da abertura a Homologação no sistema;
- Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF;
- Análise preliminar das propostas cadastradas;
- Operacionalização da fase de lances;
- Negociação da proposta final;
- Julgamento da proposta;
- Habilitação do licitante;
- Possibilidade de convocação de documentos complementares;
- Adjudicação e homologação.

Conteúdo Programático

- 1 - Garantias da Eficiência do Controle Interno
- 2 - Carta de Serviço (Lei Federal nº 13.460, de 26 de junho de 2017)
- 3 - O Que é Controle Interno
- 4 - Funções do Controle Interno
- 5 - Competências da Controladoria Geral do Município
- 6 - Atuação do Órgão de Controle Interno na Lei Orgânica Municipal
- 7 - Fundamento Legal



ICOGESP
Instituto de Consultoria e Gestão Pública

PREF. M. C. B. TO
PROC. n°
FLS n° 13 68
Ass:

10 - Pontos Estruturantes na Implantação das Novas Regras de Licitações

10.1 - Orientação na Administração Pública

10.2 - Regulamentação e Normatização

10.3 - Fiscalização na Administração Pública Municipal

10.4 - Auditoria Interna

10.5 - Unificação das Normas Sobre Licitações

10.6 - Diagnóstico do Órgão Público para Implantação da Novas Regras Sobre Licitações

10.7 - Transição das Normas de Licitações

10.8 - Princípios nas Compras e Licitações

11 - Características do Controlador Geral do Município

DA NOVA LEI DE LICITAÇÃO, LEI 14.133/2021

A fase interna da licitação: Quem está vinculado à nova Lei e quando ela entra vigor? Quais leis foram/serão alteradas e revogadas? Aplicação concomitante do regime da Lei nº 8.666/1993 ou da nova Lei – Como proceder e escolher?

Das Modalidades de Licitação: Pregão, Concorrência, Concurso; Leilão, Diálogo competitivo-novidade, o rito procedimental do pregão e da concorrência, A novidade da inversão das fases, Modos de Disputa aberto, fechado, aberto e fechado. Orçamento Estimado e Sigiloso.

A nova figura do agente de contratação: O agente de contratação e equipe de contratação (Quem é e o que faz), a gestão por competência (Definição do servidor para atuar nas diferentes etapas do ciclo de Contratação, O Plano de Capacitação dos Agentes de Contratação), Responsabilidades dos agentes de contratação, Os agentes públicos e os requisitos, Observância da segregação de funções.

O novo pregoeiro: Etapas e a figura do Pregoeiro hoje, E a Nova Lei de Licitações como fica? O pregão na Nova Lei de Licitações, Quem será o agente de contratação da Nova Lei de Licitações, Quais os prazos de publicidades do pregão da Nova Lei de Licitações, Possibilidade ou não da exigência de garantia de proposta/participação no pregão da Nova Lei de Licitação, Habilitação da Nova Lei de Licitação, avanços ou retrocessos? Como fica o juízo de admissibilidade na etapa do recurso da Nova Lei de Licitação? Adjudicação e Homologação



ICOGESP
Instituto de Consultoria e Gestão Pública

PROCESSO Nº CB - TO	
PROC. n°	_____
FLS n°	_____
Ass:	_____



DO PREGÃO

Conteúdos e Características do pregão: Bens e serviços comuns, Padronização, Súmula 257 do TCU, serviços comuns de engenharia, características do pregão, inversão das fases, negociação, renovação da proposta, concentração de atos únicos na sessão, unirrrecorribilidade, formas de operacionalização.

Responsáveis pela condução do certame: Pregoeiro, características e exigências, responsabilidade, atribuições, é dever do pregoeiro elaborar e assinar o edital? Princípio da segregação de funções, período de investidura, boas práticas na condução do certame presencial e eletrônico. Equipe de apoio e sua designação, atribuições, eventuais hipóteses de responsabilidade da equipe de apoio.

A fase interna do pregão: Artigo 14º do decreto 10.024/2019 Elaboração do estudo técnico preliminar e do termo de referência e aprovação pela autoridade competente, Elaboração do edital contendo as seguintes informações: Critérios de julgamento e a aceitação das propostas, Modo de disputa e, quando necessário, o intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances; Definição das exigências de habilitação; Sanções aplicáveis.

O Edital e questões específicas: O que é um edital de licitação, funções desempenhadas pelo edital, valor máximo e valor referencial no edital, obrigatoriedade ou não da publicação do valor no edital, principais posicionamentos jurisprudenciais sobre o tema, Artigo 15º do decreto 10.024/2019, análise jurídica no edital

A fase externa do pregão: Ordem de acontecimentos da sessão, da publicidade do edital, regras para a publicação do edital de acordo com o decreto 10.024/2019, Impugnação ao edital, competência para julgar a impugnação, boas práticas nas questões de impugnação ao edital, prazo para impugnações e respostas às impugnações, efeitos da impugnação, pedidos de esclarecimentos, prazos de pedidos e respostas aos esclarecimentos, efeitos vinculantes aos pedidos, manifestação do TCU sobre os pedidos de esclarecimentos. Regras de preferência e tratamento diferenciado insculpidos na LC 123/2006, Lc 147/2014, Lc 155/2016 e decreto 8.538/2015, repercussão na fase de julgamento das propostas "empate ficto", repercussão na fase de habilitação, outros benefícios previstos, manifestação do TCU sobre diligências para a comprovação dos benefícios. Habilitação na licitação, habilitação Jurídica, habilitação técnica, habilitação econômico-financeira.

Recurso administrativo: Prazo para a manifestação da intenção do recurso, prazo para a apresentação das razões recursais, prazo para a apresentação da contra razão, da classificação final do recurso, efeitos do recurso, requisitos de admissibilidade, principais manifestações do TCU sobre os requisitos de admissibilidade, boas práticas na condução do recurso administrativo, decadência do direito recursal, decisão do recurso.



ICOGESP
Instituto de Consultoria e Gestão Pública

PROC. n°	
FLS n°	1568
Ass:	

DO SISTEMA COMPRASGOVERNAMENTAIS/COMPRASNET

Acesso ao sistema=> Credenciamento ao sistema=> área de trabalho=> Inclusão e Consulta a Intenção de Registro de Preço-IRP=> catmat e catser =>Inclusão do aviso de licitação e agendamento do pregão eletrônico=> Transferência do edital=> Cadastrar equipe de apoio=>Alterar membros da equipe de apoio=>Vincular equipe do pregão=> Incluir impugnações/Esclarecimentos e Avisos=>Sessão Pública do pregão eletrônico: Análise de proposta/Fases de Lances/Visualizando propostas/Declarações/Consultar Declaração ME/EPP/Cooperativa por pregão/Suspensão do pregão/Reabrir pregão/Aceitar propostas/Chat/Habilitar fornecedor/Juízo de admissibilidade/Encerramento da sessão pública=> Adjudicação=> Homologação=> Cadastro Reserva.

SICAF 100% Digital (Visão Fornecedor e Visão Governo atualizado pela IN 03/2018)

Módulos: I- Credenciamento, II- Habilitação Jurídica, III- Regularidade Fiscal Federal, IV- Regularidade: Fiscal Estadual/Municipal, V- Qualificação Técnica, VI- Qualificação Econômica Financeira, Consulta parametrizada e Registro de penalidades.

INCLUSOS: Apostila impressa, pasta, caneta, garrafa personalizada, certificado (mediante o cumprimento da carga horária obrigatória) e mentoria pós curso pelo prazo de 30 dias.

METODOLOGIA:

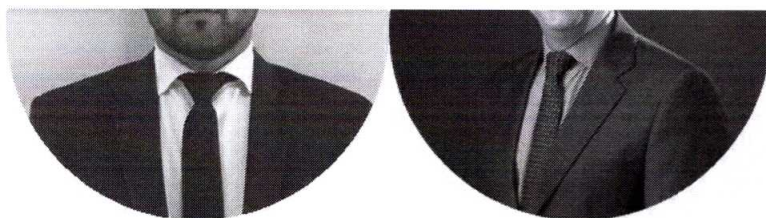
A metodologia adotada pela ICOGESP é alicerçada na aprendizagem colaborativa que utiliza ferramentas educacionais e recursos tecnológicos diversificados, possibilitando ao aluno vivenciar experiência e práticas profissionais cotidianas. Aulas dinâmicas, estudos de casos, compartilhamento de experiência e a realização de atividades práticas são estratégias utilizadas para garantir o alcance de melhores resultados de aprendizagem. Serão aulas expositivas, casos práticos, debates e exemplos.

INSTRUTOR: Saulo David/ Milton Mendes Botelho

FOTO DO INSTRUTOR:

**ICOGESP**
Instituto de Consultoria e Gestão Pública

PREF. M. CB - TO
PROC. n°
FLS n° 16
Ass: _____

**CURRICULO:**

Prof. Milton Mendes Botelho - Contador (CRCMG 47.198), Auditor, Palestrante, Professor de Capacitação, Coordenador de Cursos; Especialista em Administração Pública Municipal (Faculdade de Ciências Humanas de Pedro Leopoldo - MG); Especialista em Direito Público (Faculdade de Direito do Vale do Rio Doce - FADIVALE - Governador Valadares - MG); Autor de livros e vários trabalhos publicados sobre Controle Interno, Licitações Públicas, Gestão Administrativa, Contábil e Financeira dos Órgãos Públicos Municipais; Foi Controlador Geral do Município de Ibatiba - ES (2009-2011) Galileia - MG (2017/2018), Foi Auditor Chefe do Município de Itabirinha, Jampruca, Itambacuri, São Félix de Minas e consultor de diversos órgãos públicos Municipais. Foi Delegado do CRCMG, Atual Conselheiro do Conselho Regional de Contabilidade de Minas Gerais (2010 - 2015 - 2018/2021). Foi Coordenador do Grupo de Trabalho da Área Pública (CRCMG - Belo Horizonte - MG - 2010 - 2013). Membro Orador da Academia Mineira de Ciências Contábeis.

Saulo David

Agente Público Federal, Gestor Público, pós graduado em Licitações e Contratos, Pós graduado em Gestão Pública, Trabalha com Licitações há 15 anos, atuando como Membro de Comissão Permanente de Licitações, Presidente de Comissão Permanente de Licitações, Pregoeiro Oficial, Membro de Comissão Especial de Licitação, Gestor de Contratos e Fiscal de contratos, consultor empresarial na seara de contratações públicas e instrutor em diversos cursos de licitações e contratos administrativos, desenvolvendo as seguintes atividades como Agente Público: Elaboração de pesquisa de preço, Elaboração dos editais, Termo de Referência, condutor de grandes certames, atuando ainda na formalização e renovação de contratos administrativos, revisão, reajuste e repactuação de preço em contratos administrativos, formalização e gestão em atas de registros de preços, processos de aplicação de penalidades, atuando ainda nas funções de chefe da sessão/unidade de contratos do hospital Federal da Universidade Federal do Vale do São Francisco, como presidente do comitê regimental de contratos. Atualmente exerce a função de chefe do setor/unidade de contratações diretas exercendo atividades de coordenador de dispensa de licitação, cotação eletrônica, inexigibilidade de licitação, adesão à ata de registro de preço, pregoeiro e presidente da comissão permanente de licitação e presidente da comissão especial de licitação. Atuando na seara de contratações públicas como Consultor Empresarial: Coleta e análise minudenciada em editais em todas as modalidades, Análise e preparação em documentos para certames; análise e preparação de toda a parte recursal e também desde simples questionamento do edital à impugnação do mesmo, cadastro de empresas em sites provedores de licitações eletrônicas, participação em certames sagrando-se vencedor em licitações para diversas empresa privadas nos mais variados segmentos cujo montante ganha gira na monta de mais de duzentos milhões de reais todas catalogadas. Atuando como Instrutor em diversos cursos de Licitações e Contratos no país, capacitando diversos pregoeiros, membros de comissões permanentes de licitações,



ICOGESP
Instituto de Consultoria e Gestão Pública

PROC. n° _____
FLS n° _____
Ass: _____



R\$ 1.800,00 (hum mil e oitocentos reais) por inscrição, com desconto de 15% para a confirmação da inscrição até 20 de junho. Acima de 2 ou mais inscrições também é concedido 15% de desconto.

Devendo o pagamento ser realizado por meio de depósito bancário na Agência nº. 3664-1, Conta Corrente nº. 0019850-1, Via 01, Banco Bradesco, em nome da empresa L.P.B. COVALO-ME. O curso somente será confirmado com a inscrição mínima de 25 (vinte e cinco) pagantes. Reservando a empresa o direito de cancelar o curso sem qualquer ônus a mesma, caso esse quantitativo não seja alcançado.



ICOGESP
Instituto de Consultoria e Gestão Pública

CURSO
**Controle Interno e a
Regulamentação, Implantação
dos Procedimentos de Compras,
Licitações e Contratos para Municípios
e Formação de Pregoeiros**

CONFORME A LEI Nº 14.133/21 E DECRETO 10.024/2019
ACESSO PRÁTICO AO SISTEMA COMPRAS.GOV.BR

Data:
27, 28, 29 e 30 | Junho
CARGA HORÁRIA: **32 horas**

Local:

hotel 10

INFORMAÇÕES E INSCRIÇÕES:
☎ (63) 9 9283 8298
🌐 www.icogesp.com.br
📷 @icogesp.to



SAULO DAVID
PROFESSOR



MILTON MENDES BOTELHO
PROFESSOR



ICOGESP
Instituto de Consultoria e Gestão Pública

PROC. n°	_____
FLS n°	18
Ass:	_____



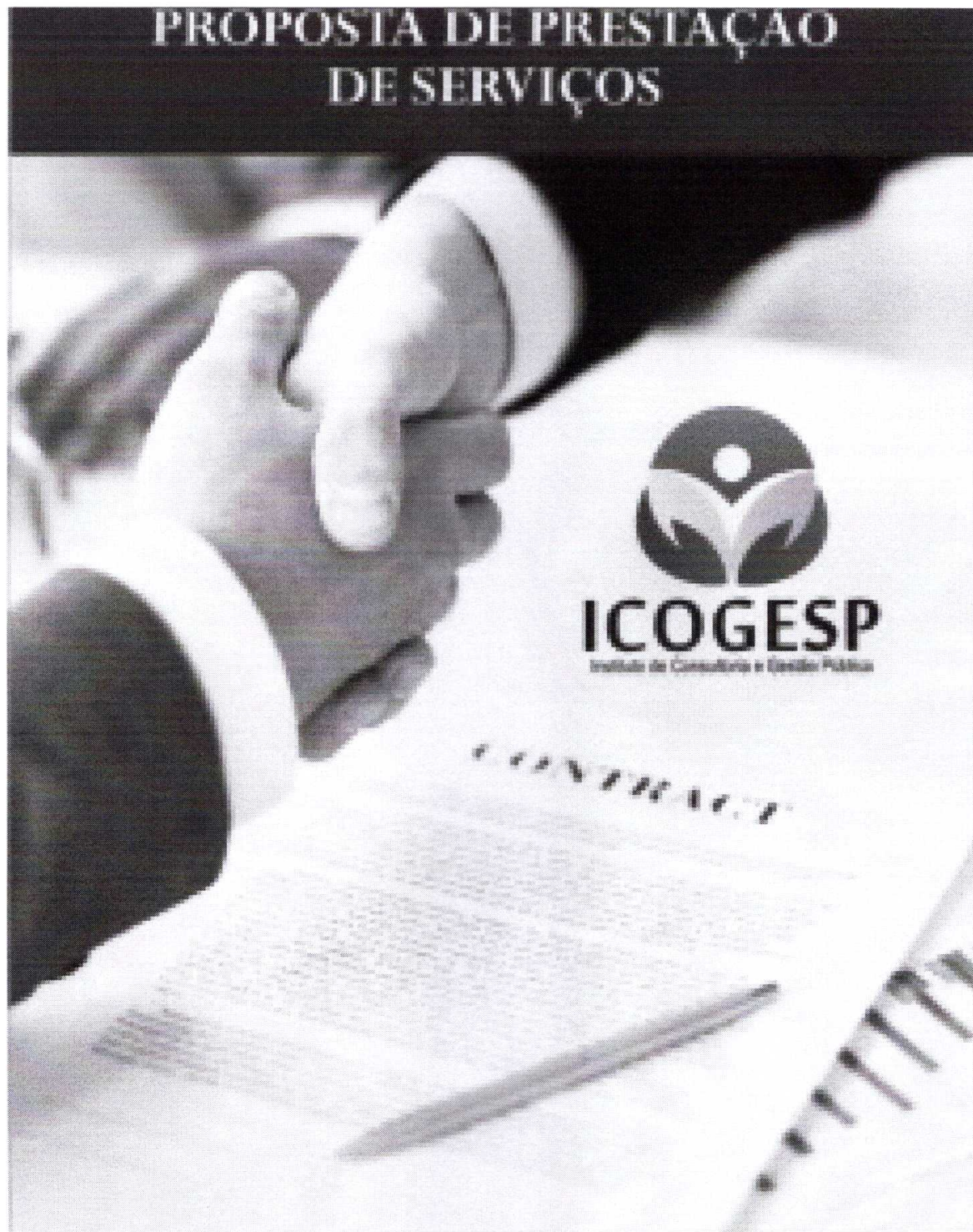
CONHEÇA OUTROS SERVIÇOS OFERECIDOS

Prestação de serviços



ICOGESP
Instituto de Consultoria e Gestão Pública

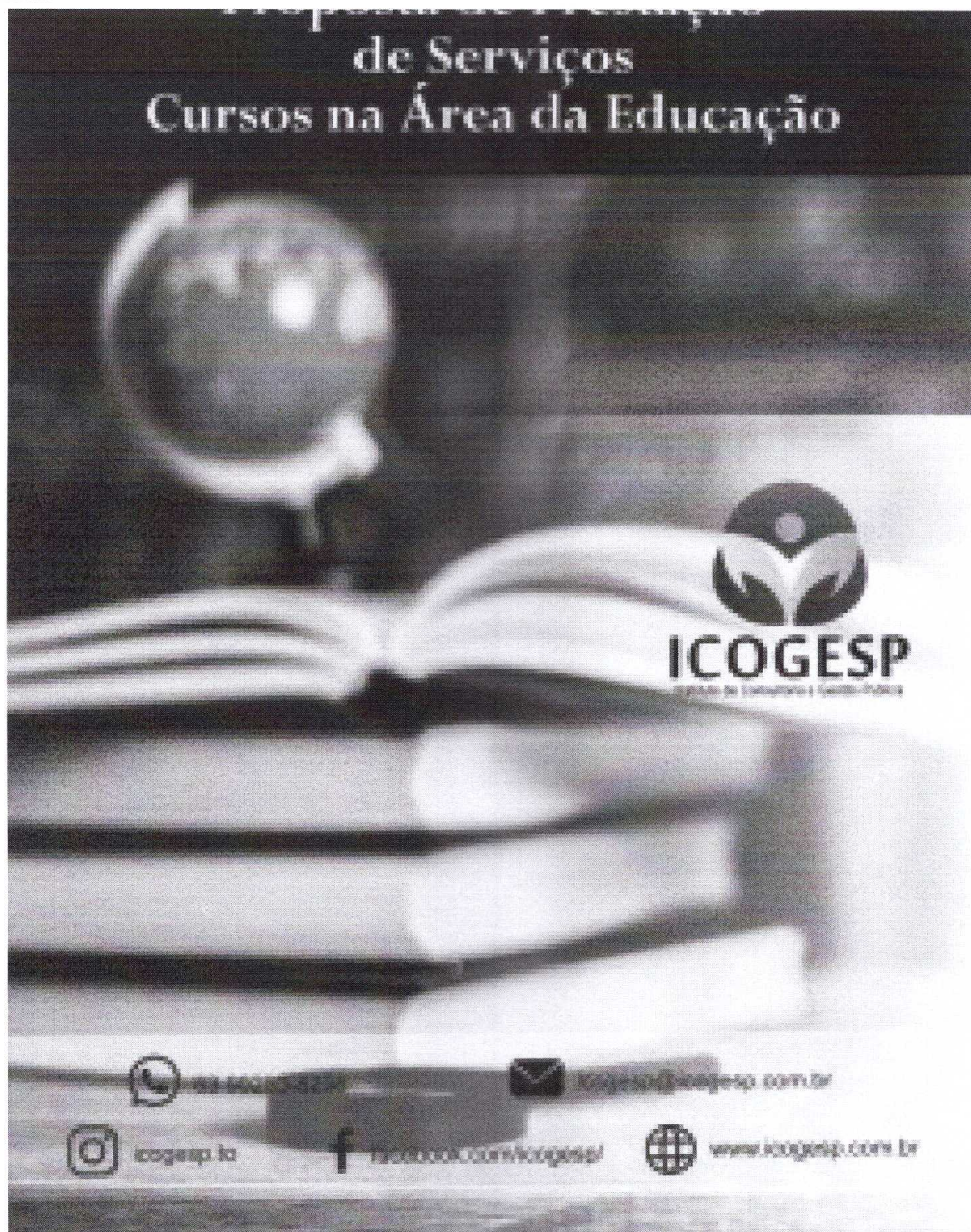
PROC. n° _____
FLS n° 19 68
Ass: _____



Cursos na área da Educação



ICOGESP
Instituto de Consultoria e Gestão Pública

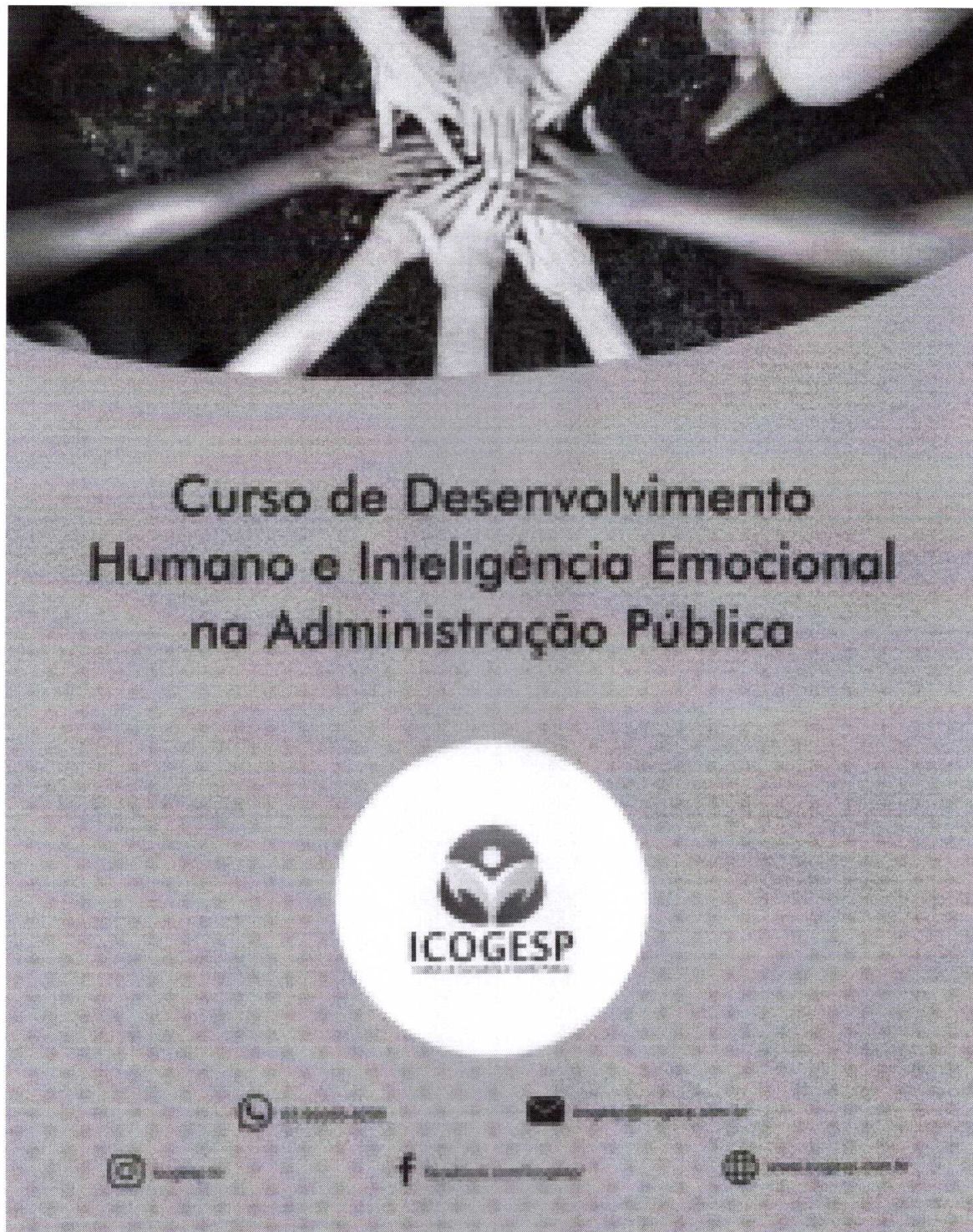


Curso de Desenvolvimento Humano e Inteli...

PREF. M. CB TO
PROC. n°
FLS n°
Ass:



ICOGESP
Instituto de Consultoria e Gestão Pública



Trilhas do conhecimento

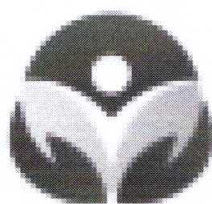
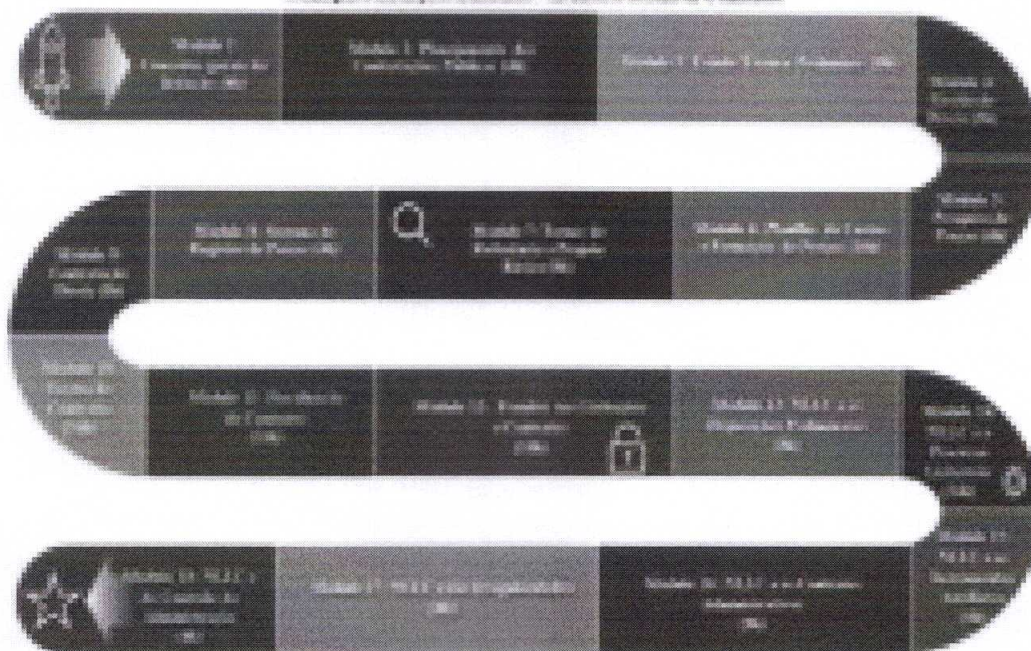


ICOGESP
Instituto de Consultoria e Gestão Pública

PREF. M. CB - TO
RECIBO
FLS n° 25
Ass: 68



Modelo para Licitação Eletrônica - da Nova Lei de Licitação



ICOGESP
Instituto de Consultoria e Gestão Pública

Curso Oratória e Liderança



ICOGESP
Instituto de Consultoria e Gestão Pública

PROC. n°	23	68
FLS n°		
Ass:		

de Serviços Curso "Oratória e Liderança".



63 99263-8288



icogesp@icogesp.com.br



icogesp.to



facebook.com/icogesp



www.icogesp.com.br

ICOGESP - Instituto de Consultoria e Gestão Pública
L. P. B. Covalo - ME - CNPJ: 17.543.642/0001-30

Quadra 106 Norte, Av. JK, Conj. 01, Lote 24, Sala 102
Plano Diretor Norte - Palmas-TO



ICOGESP
Instituto de Consultoria e Gestão Pública

PREF. M. CB - TO	
PROC. n°	68
FLS n°	29
Ass:	

© 2013-2017 ICOGESP. Todos os Direitos reservados.

ENVIE UM E-MAIL

Nome

Seu nome

E-mail

Assunto

Assunto

Mensagem

Enviar

Limpar

ACESSO RESTRITO

RESPONSABILIDADE SOCIAL

Faça como nós,



Desenvolvido por  **oceanoazul**
Agência Digital